

AgInt no RECURSO ESPECIAL Nº 1.659.952 - RS (2012/0134125-5)

RELATOR : **MINISTRO ANTONIO CARLOS FERREIRA**
AGRAVANTE : **NEIDES FONSECA DA SILVEIRA**
ADVOGADOS : **VILSON FARIAS - RS040103**
 SILVIA MARIA CORRÊA VIEIRA E OUTRO(S) - RS051400
AGRAVADO : **ERNESTO MAURÍCIO CARLOS ARNDT NETO**
ADVOGADOS : **LUÍS MAXIMILIANO LEAL TELESCA MOTA E OUTRO(S) -**
 DF014848
 RONEI SCHERER E OUTRO(S) - RS043901

DECISÃO

Trata-se de agravo interno (e-STJ fls. 459/470) interposto contra decisão desta relatoria que conheceu do recurso especial e deu-lhe provimento, para reformar o acórdão recorrido, afastando a caracterização do dano moral *in re ipsa*, e anulando a sentença fundada unicamente na sentença criminal condenatória, não transitada em julgado.

Em suas razões, o agravante insurge-se contra a decisão agravada, pretendendo o restabelecimento da condenação do agravado à reparação civil, tendo em vista que, embora tenha sido reconhecida a prescrição da pretensão punitiva, foi igualmente enfrentada a questão da culpabilidade, com trânsito em julgado.

O agravado apresentou contrarrazões (e-STJ fls. 474/496).

É o relatório.

Decido.

Diante da notícia de que o Tribunal de origem prosseguiu na análise do mérito da ação penal, a despeito do reconhecimento da prescrição da pretensão punitiva, em consulta ao sistema Justiça desta Corte, foi localizado o AREsp n. 1.482.440/RS, de relatoria do Min. Jorge Mussi, cuja discussão remonta ao debate referente à culpabilidade do agravado na ação criminal que deu ensejo à ação de reparação civil *ex-delicto*.

Conforme informações extraídas do sistema, a decisão proferida pelo Tribunal de origem reconhecendo a culpa do agravado transitou em julgado nesta Corte em 8/11/19, tendo baixado ao TJRS em 18/11/19.

Diante das informações supervenientes, portanto, a decisão agravada deve ser reconsiderada, para se adequar à jurisprudência do STJ, restabelecendo-se a sentença que reconheceu o dano moral *in re ipsa*, uma vez analisada na ação criminal, de forma definitiva, além da prescrição, a existência do fato e a responsabilidade criminal do réu.

Ante o exposto, RECONSIDERO a decisão agravada e NÃO CONHEÇO do recurso especial.

Publique-se e intimem-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília-DF, 25 de novembro de 2019.

Ministro **ANTONIO CARLOS FERREIRA**

Relator